

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Vinícius Marques de Carvalho, Ministro da CGU - Controladoria Geral da União, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar a política de transparência do governo federal.

JUSTIFICAÇÃO

No setor público do Brasil, a transparência é uma consequência do Estado Democrático de Direito, que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Seu objetivo é tornar as ações praticadas pela Administração Pública mais objetivas e legítimas, reduzindo a distância entre o governo e o povo.

Atualmente, podemos afirmar com segurança que não pode haver uma democracia plena sem quebrar a opacidade administrativa. Sem superar essa opacidade, a corrupção é incentivada, e a eficiência e moralidade das decisões tomadas pela administração são comprometidas.

A Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal brasileiro responsável por promover a transparência e o combate à corrupção na gestão pública. Tem como missão garantir a boa aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento da ética e da integridade na administração pública.

Uma das principais funções da CGU é fiscalizar a gestão dos recursos públicos federais, verificando se as ações do governo estão sendo realizadas de forma eficiente e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Para isso,

a CGU realiza auditorias e inspeções, além de promover investigações de denúncias de irregularidades.

A CGU também é responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas de transparência e acesso à informação. Entre as suas iniciativas, destacam-se a Lei de Acesso à Informação, que garante o direito de qualquer pessoa solicitar e receber informações públicas dos órgãos governamentais, e o Portal da Transparência, que disponibiliza informações sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal.

Em resumo, a CGU é um órgão fundamental para garantir a transparência e a integridade na gestão pública brasileira, atuando como um importante instrumento de controle social e contribuindo para o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito no país.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2023.

Senador Otto Alencar
(PSD - BA)
Líder do PSD